

STJ nega recurso baseado em solidariedade reconhecida em sentença condenatória

O médico que assumir a responsabilidade “civil, criminal, técnica e ética por seus atos e pacientes” deve pagar integralmente a dívida decorrente de ação indenizatória movida por seu paciente.

Com esse entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou recurso especial interposto por médico que, após pagar integralmente indenização a paciente por dano sofrido durante cirurgia, buscava ser ressarcido da metade do valor por meio de ação de regresso ajuizada contra o antigo sócio.

Uma divisão de responsabilidades tinha sido definida em instrumento de distrato. Para justificar o pedido de regresso, o médico havia apontado que a própria sentença reconheceu a solidariedade o vínculo que existe entre os credores de uma obrigação ao estabelecer a condenação.



Distrato previa que cada médico assumisse responsabilidade civil, criminal, técnica e ética pelos seus atos e pacientes

Na origem do processo, os dois médicos foram condenados solidariamente a ressarcir os danos causados à paciente em cirurgia na qual atuaram, tendo a sentença transitado em julgado. Na fase de execução, um dos profissionais arcou integralmente com a condenação, mas propôs ação de regresso contra o colega, por entender que ele deveria ressarcir-lo em 50% do valor indenizatório.

O juízo de primeiro grau negou o pedido sob a alegação de que o distrato estabelecido entre autor e réu visava exatamente separar obrigações e direitos que os sócios tivessem compartilhado no período em que atuaram juntos. Ao manter a sentença, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) reformou que a vítima era paciente do médico que recorreu.

Em recurso especial, ele argumentou, entre outros pontos, que o distrato não poderia ser usado para alterar a relação de responsabilidade solidária definida na sentença. O distrato de contrato é o processo acordado entre as partes envolvidas para formalmente encerrar um contrato existente.

De acordo com o colegiado, o distrato previa que cada médico assumisse responsabilidade civil, criminal, técnica e ética pelos seus atos e pacientes no caso, a paciente estava sob os cuidados do recorrente, e o antigo sócio apenas prestou auxílio na cirurgia.

Divisão de responsabilidades

Segundo o relator do processo, ministro Ricardo Villas BÃ´as Cueva, o devedor que pagar dÃ¡vida comum por inteiro tem o direito de exigir dos demais codevedores a sua quota-parte, conforme previsto no [artigo 283 do CÃ³digo Civil](#). Caso a dÃ¡vida se refira exclusivamente a um dos envolvidos, ressaltou, ele responderÃ¡ pela integralidade do montante.

O ministro acrescentou que, mesmo quando a solidariedade decorre da reparaÃ§Ã£o de danos analisados sob a Ã³tica da responsabilidade objetiva, a regra do artigo 283 Ã© caracterizada pelo contexto negocial Ã© pode ser afastada para que seja analisada a contribuiÃ§Ã£o de cada devedor para o prejuÃ­zo.

Villas BÃ´as Cueva observou que, no entendimento do TJ-MS, as partes estabeleceram a forma como a responsabilidade iria ser dividida, alÃ©m de reconhecer, com fundamento no [artigo 285 do CÃ³digo Civil](#), que a dÃ¡vida interessava apenas ao recorrente. Entretanto, de acordo com Cueva, para que a corte estadual pudesse confirmar que o proveito financeiro seria apenas do recorrente, haveria a necessidade de verificar como os mÃ©dicos dividiam os honorÃ¡rios entre si quando auxiliavam na realizaÃ§Ã£o das cirurgias, o que nÃ£o foi examinado pelo tribunal local.

DivisÃ£o de responsabilidades

Por outro lado, o ministro Cueva apontou que as partes, no momento da dissoluÃ§Ã£o da sociedade, firmaram o distrato e definiram a divisÃ£o das responsabilidades entre eles. O instrumento foi pactuado em agosto de 2000, e a cirurgia, datada de marÃ§o de 1999, foi realizada ainda durante a vigÃªncia da sociedade, sendo incabÃ­vel, para o relator, afastar a incidÃªncia do ajuste firmado entre as partes.

Quanto Ã alegaÃ§Ã£o do mÃ©dico de que o distrato nÃ£o poderia ser usado para regular as relaÃ§Ãµes pessoais entre ele e seu sÃ³cio, Villas BÃ´as Cueva salientou que o instrumento trata exatamente das atribuÃ§Ãµes assumidas por cada sÃ³cio a partir da dissoluÃ§Ã£o da sociedade.

“Assim, tendo o recorrente assumido a responsabilidade ‘civil, criminal, tÃ©cnica e Ã©tica por seus atos e pacientes’, deve responder pela integralidade da dÃ¡vida decorrente de aÃ§Ã£o indenizatÃ³ria movida por paciente sua”, concluiu o relator. *Com informaÃ§Ãµes da assessoria de imprensa do Superior Tribunal de JustiÃ§a.*

Clique [aqui](#) para ler o acÃ³rdÃ£o REsp 1.773.041

Autores: Sem autor, Luana Lisboa